

ENTRE A FORMAÇÃO HUMANA E A RACIONALIDADE GERENCIAL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.

Mario Sergio Silva[1]
Aurea Andrade Viana de Andrade[2]

Eixo temático: Formação de professores e trabalho docente.

As reformas educacionais implementadas na última década no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Médio instituída pela Lei n.º 13.415/2017 e a expansão dos sistemas de avaliação em larga escala constituem mediações históricas por meio das quais o Estado reorganiza as condições objetivas e subjetivas do trabalho pedagógico no Ensino Médio da educação pública, subordinando a finalidade social da educação básica à racionalidade gerencial. Este estudo tem por objetivo compreender como esses dispositivos reconfiguram as condições de trabalho, a autonomia pedagógica e os processos de formação humana dos professores, partindo do pressuposto de que o trabalho docente constitui prática social contraditória: reproduz formas hegemônicas de sociabilidade e abriga possibilidades de resistência e de práticas emancipatórias.

INTRODUÇÃO, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVO

As reformas educacionais implementadas na última década no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Médio instituída pela Lei n.º 13.415/2017 e a expansão dos sistemas de avaliação em larga escala constituem mediações históricas por meio das quais o Estado reorganiza as condições objetivas e subjetivas do trabalho pedagógico no Ensino Médio da educação pública, subordinando a finalidade social da educação básica à racionalidade gerencial. Este estudo tem por objetivo compreender como esses dispositivos reconfiguram as condições de trabalho, a autonomia pedagógica e os processos de formação humana dos professores, partindo do

[1] Mestrando em Desenvolvimento Humano e Social
UNESPAR (PPGSeD, Campus Campo Mourão)
E-mail: profmariomcr@gmail.com
Orcid ID https://orcid.org/0009-0000-8371-1390

[2] Pós-Doutorado em Geografia.
UNESPAR (PPGSeD, Campus-Campo Mourão)
E-mail: aureavgeo@yahoo.com.br
Orcid ID https://orcid.org/0000-0003-3550-5933

pressuposto de que o trabalho docente constitui prática social contraditória: reproduz formas hegemônicas de sociabilidade e abriga possibilidades de resistência e de práticas emancipatórias.

MÉTODO

A investigação orienta-se pelo Materialismo Histórico-Dialético (MARX; ENGELS, 2006), que permite apreender o trabalho docente em sua historicidade. A pesquisa qualitativa desenvolveu-se em duas etapas: levantamento bibliográfico exploratório descritores "políticas educacionais", "Novo Ensino Médio", "trabalho docente", "formação humana", "gerencialismo na educação", "PNE 2014-2024" e "educação pública Paraná", nas bases CAPES, SciELO, Elsevier e repositórios da UNESPAR, UEL e UTP (recorte 2015-2025; três dissertações selecionadas entre 25 estudos); e pesquisa documental da BNCC, da Lei n.º 13.415/2017 e de resoluções da SEED-PR. Os dados foram examinados por Análise de Conteúdo Temático-Categorial, articulando categorias apriorísticas trabalho docente, autonomia, intensificação, gerencialismo e resistência a categorias emergentes, interpretadas à luz das categorias de totalidade, historicidade, contradição e mediação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise indica reconfiguração da educação pública que ultrapassa o currículo e alcança as formas de regulação e avaliação do trabalho escolar. Hypólito (2019) demonstra que a BNCC integra agenda de regulação em que currículo, formação docente e avaliação se articulam; Laval (2019) evidencia a incorporação da racionalidade empresarial, quando eficiência, desempenho e responsabilização passam a ocupar posição central na organização institucional, inclusive em iniciativas de cadastramento antecipado na carteira de trabalho digital identificadas na pesquisa documental. Não há relação causal direta entre cada política e a precarização docente, mas tendência de aproximação entre reformas e formas gerenciais de organização escolar. Essa aproximação entre escola e trabalho não é, por si mesma, problemática:

Marx e Engels (2006) e Kuenzer (2020) compreendem o trabalho como dimensão constitutiva da produção da existência humana. A contradição emerge quando a relação privilegia a adaptação à empregabilidade em detrimento da compreensão crítica das relações de produção o que Frigotto (2019) situa nas contradições entre educação e capitalismo e Kuenzer (2020) relaciona à dualidade estrutural que destina diferentes projetos formativos conforme a posição dos sujeitos na divisão social do trabalho.

As políticas curriculares e avaliativas condicionam progressivamente o planejamento e a avaliação da atividade pedagógica. A autonomia docente não desaparece de modo absoluto, mas suas condições de exercício são reconfiguradas por metas e avaliações externas, estabelecendo contradição entre responsabilização e autonomia: amplia-se a expectativa sobre os resultados atribuídos ao professor, enquanto as condições materiais de sua produção permanecem definidas por instâncias externas à sala de aula. Decorrem daí processos de intensificação não redutíveis ao aumento quantitativo de tarefas, mas à transformação da composição da atividade profissional que comprimem o trabalho intelectual quando as exigências se acumulam sem ampliação correspondente de tempo e recursos (Kuenzer, 2020). A precarização correlata envolve tempo, condições materiais, reconhecimento e controle sobre o processo laboral, não apenas vínculos e remuneração. Han (2015; 2018) contribui pela dimensão subjetiva a autoexigência incorporada em sociedade orientada pelo desempenho, subordinada à análise histórico-material, para evitar psicologizar contradições coletivas como déficits individuais.

Saviani (2007; 2015) distingue educação para o trabalho de educação subordinada ao mercado; Freire (1996; 2014) compreende a educação como prática dialógica de leitura crítica do mundo, sem que a consciência crítica baste à transformação a práxis depende de consciência, condições materiais e organização coletiva, o que Paro (2017) situa na democratização institucional da escola. A abordagem interdisciplinar segue Alvarenga et al. (2011) e Bicudo (2008) rigor conceitual, não justaposição mecânica, exigência reforçada por Pombo (2008) e Paul (2011) diante de objetos complexos. Apple (2021) compreende o currículo como projeto político de produção de hegemonia, o que se articula a Sena, Silva e Silva (2024), para quem a intensificação decorre da ampliação

das exigências burocráticas e da subordinação da prática pedagógica a mecanismos de controle institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das evidências permite compreender a docência sob controle como expressão de contradição entre política educacional, organização do trabalho e finalidade social da escola: padronização, avaliação, responsabilização e aproximação com o mundo do trabalho favorecem processos de intensificação e precarização sem determinação mecânica, uma vez que seus efeitos dependem das condições históricas e institucionais de implementação. A pesquisa não sustenta uma leitura determinista dos docentes como meros reprodutores das políticas, nem uma perspectiva voluntarista que atribua a transformação apenas à consciência individual; reconhece, ao contrário, um campo contraditório em que as políticas são reproduzidas, negociadas e contestadas. A tensão central situa-se entre o discurso de formação de sujeitos autônomos e as condições concretas de quem media essa formação: a autonomia docente constitui condição social e coletiva, e não privilégio individual. Este estudo identifica lacuna quanto à investigação empírica da apropriação dessas políticas no cotidiano escolar, indicação que orienta os desdobramentos da pesquisa de mestrado em curso no contexto paranaense.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Políticas educacionais; Trabalho docente; Relações de poder; Formação humana.

Referências

ALVARENGA, A. T. de et al. **Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.

APPLE, Michael W. **Professores e textos: Uma economia política das relações de classe e gênero na educação**. Routledge, 2021.

BICUDO, M. A. V. **A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico**. Educação Matemática Pesquisa, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2019

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, agenda global e formação docente. **Revista retratos da escola, Brasília**, v. 25, pág. 187-201, 2019.

KUENZER, Acácia Z. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. São Paulo: Cortez, 2020.

LAVAL, Cristiano. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Editorial Boitempo, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich**. Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Memória, história oral e história. Revista de História Oral**, v. 4, n. 8, 2010.

PAUL, P. **Pensamento complexo e interdisciplinaridade**: abertura para mudança de paradigma? In: PHILLIPI JR., A.; SILVA NETO, A. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011. p. 229-259.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. Ideação, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 1. sem. 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e especificidade da** educação. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 7, n. 1, 2015.

SENA, Ivânia Paula F. S.; SILVA, Fábio Dantas de S.; SILVA, Welington Araújo. **A educação brasileira sitiada:** as reformas neoliberais e seus objetivos para a formação da classe trabalhadora. Linguagens, Educação e Sociedade, v. 28, n. 58, 2024.



Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio do Código de Financiamento 001.